

A CONSTRUÇÃO DO SUJEITO POLÍTICO NA CONTEMPORANEIDADE: UMA ANÁLISE DA ATUAÇÃO DO MOVIMENTO ECOLÓGICO GREENPEACE NO BRASIL

Vinicius Ortiz de Camargo (CEI – Centro Educacional Integrado de Campo Mourão)¹

Introdução

Este trabalho pretende analisar a construção do sujeito político na contemporaneidade, já que a mesma traz transformações nas dimensões do espaço/tempo, do público/privado, influenciando na construção de novas identidades, convergindo para o surgimento de novas formas de sociabilidade e de ação política que concorre ou prescinde das instituições tradicionais. Os movimentos sociais contemporâneos podem ser um fenômeno elucidativo para a análise social das respostas que os sujeitos engendram em tal contexto. Analisando o movimento ecológico Greenpeace, no Brasil, através de um estudo bibliográfico sobre o tema, de documentação e entrevistas, foi possível constatar que este movimento reivindica uma identidade vinculada a um projeto social e político de transformação das formas de sociabilidades tradicionais. As exigências que o movimento carrega traz para a arena pública a necessidade de estabelecer um associativismo ativo que se choca com as instituições vigentes (família, Estado, etc.).

O desafio da contemporaneidade aos sujeitos

Utilizando-se dos estudos de David Harvey² sobre Pós-modernidade, pode-se afirmar que a sociabilidade capitalista destas últimas décadas parece apresentar uma “total aceitação do efêmero, do fragmentário, do descontínuo e do caótico”, além de não tentar “*transcendê-lo, opor-se a ele, e se quer definir os elementos ‘eternos e mutáveis’ que poderiam estar contidos nele*”. (HARVEY: 1999, p. 49)

¹ Sociólogo, mestre em Ciências Sociais pela F.F.C UNESP-Marília e docente do CEI – Centro Educacional Integrado de Campo Mourão-PR.

² HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. 8º ed., São Paulo: Loyola, 1999.

De uma forma geral, as forças sociais que produzem esta condição de incerteza na modernidade capitalista, no fim do século XX, são compreendidas pelo autor dentro do quadro das transformações políticas econômicas deste final de século. Transformações que vão detonar um novo rumo ao processo de acumulação capitalista, o rumo da acumulação flexível.

Conferindo às práticas espaciais e temporais uma estreita implicação “em processos de reprodução e de transformação das relações sociais”, Harvey estudará essas relações no âmbito da sociedade capitalista, propondo que as transformações político-econômicas a partir dos anos de 1970, implicou num novo regime de acumulação, a acumulação flexível, que abriu uma nova fase de compressão tempo-espaço nas relações sociais capitalistas. Compressão do tempo-espaço entendido enquanto “(...) *processos que revolucionam as qualidades objetivas do espaço e do tempo a ponto de nos forcarem a alterar, às vezes radicalmente, o modo como representamos o mundo para nós mesmos*”.(HARVEY: 1999, p. 219)

De acordo com o autor, com a crise de super-acumulação proveniente das relações produtivas e sociais assentadas num modelo produtivo fordista-keynesiano, cuja característica mais acentuada é a sua rigidez no processo de circulação de capital, abriu-se a possibilidade de se reorientar o processo de circulação do capital para um modo de acumulação flexível. Este se acentuava num novo patamar de intervenção espaço-temporal caracterizando-se através da maior velocidade dos meios de comunicação e de transportes, em uma “aceleração generalizada dos tempos de giro do capital”. Transportes e um mercado financeiro mais ágeis, a espacialização e fragmentação da produção em diversas localidades aliados a um sistema de sub-contratação e de uma reabilitação da mão de obra (o trabalhador flexível), com uma atenção para nichos mercadológico e diversificação do consumo de massa, acentuaram:

(...) a volatilidade e efemeridade das modas, produtos, técnicas de produção, processos de trabalho, idéias e ideologias, valores e práticas estabelecidas (...). No domínio de produção de mercadorias, o efeito primário foi à ênfase nos valores e virtudes da instantaneidade (...) e da descartabilidade (...). A dinâmica de uma sociedade do 'descarte'(...) começou a ficar evidente nos anos 60. Ela significa mais do que jogar fora bens produzidos (...); significa também ser capaz de atirar fora valores, estilos de vida, relacionamentos estáveis, apegos a coisas, edifícios, lugares, pessoas e modos adquiridos de agir e ser. Foram essas as formas imediatas e tangíveis pelos quais 'o impulso acelerador da sociedade mais ampla' golpeou 'a experiência cotidiana comum do indivíduo'(...). Por intermédio destes mecanismos ("...), as pessoas foram forçadas a lidar com a descartabilidade, a novidade e as perspectivas de obsolescência instantânea". (HARVEY: 1999, p. 258).

Esse caráter de efemeridade e fragmentação social - que de acordo com Harvey assume atualmente um aspecto mais radical do que em décadas anteriores – vem reafirmar o processo conflituoso atravessado pelo indivíduo, fortalecendo, ao que parece o isolamento que este vem sofrendo ao longo da modernização capitalista.

Segundo Harvey, todo esse processo de fragmentação da personalidade e de compressão espaço-temporal também “desencadeia sentimentos e tendências opostos”: Os próprios capitalistas, inseguros com o processo de volatilização e “financeirização do capital”, passam a empregar meios técnicos para evitar choques no futuro.

A espacialização traz consigo um sentimento de localidade, um meio de as pessoas buscarem sua identidade – e o próprio capital às vezes oferece isso, na medida em que busca nichos mercadológicos e as especificidades locais mais lucrativas, muito embora traga uma transformação no sentido de localidade original.

A busca por segurança, diante de uma compressão espaço-temporal cada vez maior acaba, também, refletindo num comportamento social que privilegia relações intimistas, na qual a questão do sensorial-afetivo torna-se o parâmetro dos encontros individuais. Nesse caso, os contatos pessoais devem prevalecer, gerando a empatia do relacionamento. Nesse tipo de relação, o indivíduo busca no outro uma identidade baseada na semelhança de sentimentos, na capacidade de cada um revelar sua intimidade para com outro, na possibilidade de cada um compartilhar sensações.

Essas relações intimistas, centralizadas sob o ponto de vista do sentir e não do agir, vão, de acordo com Sennett (1998),³ se opor às relações impessoais, próprias de um espaço público onde as decisões de uma coletividade são analisadas no âmbito das ações que negam a prioridade dos sentimentos, das relações pessoais. O repúdio do espaço público traz o afastamento da dimensão social nas relações entre os indivíduos, reforçando vínculos comunitários sob o foco das relações intimistas, cujo objetivo principal é formar uma identidade baseada nas relações pessoais em que os indivíduos procuram antes pertencer do que avaliar socialmente suas ações.

Neste caso, as perspectivas para uma mudança social ficam ofuscadas, principalmente porque a esfera da política e seu espaço de atuação, o espaço público, são emoldurados no espaço do privado, da intimidade e enfraquecidos com o reestruturação/deslocamento do próprio Estado-nação, este cada vez menos resistente aos novos centros transnacionalizados de poder. É o que afirma Zygmunt Bauman⁴ ao fazer um debate sobre as transformações por que vem passando a sociedade atual para investigar possíveis caminhos de intervenção nesta, de forma a recuperar aquilo que ele considera como fator imprescindível para o desenvolvimento da sociabilidade, qual seja, a consciência de sua historicidade, ou melhor, a autoconsciência de sua transitoriedade e a participação com responsabilidade na sua construção.

De fato, para Bauman, tal perspectiva, se não era concretamente realizada na modernidade, em seu sucedâneo, chamado pós-modernidade, revela-se impraticável. É que na pós-modernidade as relações sociais sofreram um rearranjo diante da reestruturação do mundo que resultou no enfraquecimento de um locus privilegiado para o desenvolvimento de uma sociabilidade para si. Este locus, residente da esfera política, era o espaço por excelência do público/privado ou, como diz o autor, a *ágora*, espaço

³ SENNETT, Richard. **O declínio do homem público: as tiranias da intimidade**. (trad.) Lygia Araújo Watanabe, 7ª reimpressão, São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

⁴ BAUMAN, Zigmund. **Em busca da política**. (trad.) Marcus Penchel, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

importante e capaz de situar e mediar as necessidades privadas e públicas de modo a garantir e conciliar o direito de liberdade individual e sua conseqüente necessidade de realização dentro de uma coletividade.

Tal perspectiva perdeu seu lócus privilegiado diante das novas formas de manifestação do poder e autoridade que se articularam num espaço cada vez mais distante das decisões políticas, estas, ainda fortemente atreladas ao espaço local ou, no máximo, ao espaço internacional do Estado-nação. Essas manifestações de poder e autoridade se dão no âmbito de um espaço transnacionalizado, na qual as fronteiras quase inexistem e as decisões extrapolam os marcos institucionais do fazer político tradicional.

Nesse contexto, as manifestações por parte do indivíduo se encerram, muitas vezes, em estratégias autônomas refratárias de qualquer vínculo mais duradouro capaz de transformar as preocupações individuais em preocupações sociais, com a conseqüente necessidade de uma intervenção pública para o seu sucesso. Os indivíduos, quando se aglutinam, não é para resolverem seus problemas coletivamente, é apenas uma forma de associação que serve para dar ressonância ao problema, mas cada um tem a responsabilidade solitária para com a sua resolução. E esta resolução dura o mesmo tempo que a sua experiência, pois só esta é possível. É o caminho sensorial em destaque, aquela emoção do ato em si, própria do consumo. O sentimento de insegurança, falta de garantia e incerteza irão, com isso, sofrer um processo de privatização, cujas soluções serão infimamente duradouras.

O movimento ecológico Greenpeace no Brasil

Seria o Movimento Ecológico Greenpeace no Brasil um movimento capaz de dar subsídios para que o indivíduo faça o mapeamento cognitivo da nova dimensão espacial-temporal da sociedade capitalista? Estaria ele, pelo menos, apto a dar para as subjetividades uma capacidade simbólico-representacional nesse sentido? Essa é uma

questão importante, pois possibilita refletir sobre até que ponto o Movimento Ecológico Greenpeace engendra modalidades de respostas individuais que implementam uma forma de sociabilidade inovadora capaz de interferir concretamente na própria objetividade social que a determinou. É perguntar se o Movimento Greenpeace no Brasil consegue transpor sua reivindicação de uma nova identidade para o campo da política, resgatando esse lócus histórico importante para a concretização das transformações idealizadas e possíveis.

Através das leituras de Castells⁵(2002) dos movimentos ecológicos, é possível tecer considerações positivas aos mesmos, pois, apesar de suas características heterogêneas, fazem de sua contestação à ordem global a possibilidade para a construção de uma identidade de projeto com um potencial transformador menos conservador, apropriando-se da nova dinâmica da *sociedade em rede* para propor um projeto alternativo que articula, ao mesmo tempo, o local e o global. Nesse sentido, Castells chega a afirmar que “a democracia de bases populares é o modelo político implícito na maioria dos movimentos ecológicos”(CASTELLS: 2002, p.156).

O movimento ambientalista segundo Castells, e daí seu caráter democrático popular, enfrentaria os problemas decorrentes da compressão espacial, apontadas por Harvey, na medida em que enfatiza o espaço local, ao controle do mesmo pelas pessoas, afirmando o local como fonte de significado e dando primazia ao governo local.

Quanto a questão do tempo, outro elemento em jogo na *sociedade em rede*, Castells observa que o ambientalismo propõe uma perspectiva de temporalidade nova e revolucionária. Contra o tempo cronológico do industrialismo e estatismo - “caracterizado pela seqüência cronológica de eventos e pela disciplina do comportamento humano em função de um cronograma pré-determinado que gera poucas experiências externas aos padrões de medida institucionalizados”(2002 p.157) – e contra o tempo intemporal da

⁵ CASTELLS, Manuel. **O poder da Identidade**. (trad.) Klauss B. Gerhardt. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

nova sociedade - “quando elementos de um determinado contexto, a saber, o paradigma informacional e a sociedade em rede, provocam uma perturbação sistêmica na ordem seqüencial dos fenômenos ocorridos naquele contexto”(1157) - o ambientalismo propõe uma terceira forma de tempo, o tempo glacial, que une o passado ao futuro através de uma perspectiva da “unidade das espécies, seguida da unidade da matéria como um todo e de sua evolução espaço temporal”(CASTELLS: 2002 p.159, grifos do autor), ou seja, da perspectiva do eu cosmológico.

Nesse sentido, aliado a sua capacidade de aproveitar-se eficientemente dos meios midiáticos e tecnológicos, Castells observa a formação de uma identidade sociobiológica no movimento ambientalista, capaz de desenvolver práticas sociais ao mesmo tempo locais e globais: *“globalistas na maneira de tratar o conceito de tempo, localistas em termos de defesa do espaço. O pensamento e a política evolucionários só podem existir mediante uma perspectiva global. A relação de harmonia entre as pessoas e seu meio ambiente começa na comunidade local.”*(2002 p.159).

A atuação do Greenpeace no Brasil, não abandonando a sua orientação internacional, vem demonstrar uma flexibilidade organizacional tal como a analisada por Castells, se baseando numa identidade de projeto que viabiliza uma política simbólica que extravasa para a arena pública, convocando seus membros e a sociedade como um todo a uma participação política de intervenção no Estado e na sociedade global. Seja reivindicado a consecução do protocolo de Kioto, em nível internacional, seja manifestando-se contra ou a favor das leis ambientais (transgênicos, biossegurança) instituídas pelo governo brasileiro, o Greenpeace no Brasil conjuga entre seus membros uma ética univ ersalista ao propor e discutir a sociedade que queremos. Nesse projeto, ele propõe uma nova identidade, com a forma particular de representação e valores que a mesma engendra, sem, no entanto, cair nas malhas do comunitarismo fanático, fechado

em si mesmo e avesso ao diferente. Nesse ponto, baseando-se em Claus Offe⁶ (1999), o Greenpeace parece resgatar aquelas características comunitárias que desempenham um “(...) papel importante e único na reprodução das tradições culturais e valores étnicos.(...)”(p.141)

O Greenpeace cria uma identidade baseada em novos valores étnicos, tendo como centro o futuro da humanidade, encarregando seus membros de uma nova missão ética que, necessariamente, as impelem para arena pública. Tal fato faz do movimento um agente que contribui para a formação de uma capital social, apontado por Offe (1999) enquanto um:

(...) conjunto de disposições cognitivas e morais dos cidadãos que os leva a estender a confiança a outros cidadãos anônimos (assim como às autoridades políticas que, em última instância, são investidas pelos cidadãos do poder político) à prática da ‘arte da associação’, e a estarem atentos aos problemas e às questões públicas (em oposição às questões estreitas circunscritas a seus próprios grupos). Instituições de governo justas e transparentes, a prosperidade que mercados cuidadosamente regulados podem gerar e a vida das comunidades restringida pelo princípio da tolerância podem e devem, todos, contribuir para a (assim como se retornarem beneficiários da) formação e acumulação de capital social no interior da sociedade civil.(...). (p.144)

Assim, conclui-se que o Movimento Ecológico Greenpeace no Brasil reivindica uma identidade vinculada a um projeto social e político de transformação da atual forma de sociabilidade vigente na sociedade global, mais especificamente no espaço das grandes metrópoles. As exigências de transformação que esse movimento carrega, mesmo quando observamos uma crise de percepção pública nos movimentos sociais em geral e mesmo quando sua reivindicação política fica atenuada, traz esta última para a arena pública, o que implica na necessidade de estabelecer um associativismo ativo que se choca com o *módus operandi* das instituições vigentes, como o Estado, e põem em xeque as formas de sociabilidades mais tradicionais, ao procurar readequar ou refazer as implicações do fenômeno da compressão espaço-temporal contemporânea.

⁶ OFFE, Claus. A atual transição da história e algumas opções básicas para as instituições da sociedade. In: PEREIRA, L.C.B; WILHEIN, J; SOLA, L. **Sociedade e Estado em transformação**. São Paulo: Unesp; Brasília: ENAP, 1999.